



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## A psicopatologia materna na negligência parental: O papel mediador das atitudes parentais

Maria Lívia Abrantes Gomes

Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientador(a):

Doutora Cláudia Sofia Dinis Camilo, Investigador Júnior do CIS -  
ISCTE ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A psicopatologia materna na negligência parental: O papel  
mediador das atitudes parentais

Maria Lívia Abrantes Gomes

Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e  
Jovens em Risco

Orientador(a):

Doutora Cláudia Sofia Dinis Camilo, Investigador Júnior do CIS -  
ISCTE ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

*Aos meus avós,*

*“O amor não é algo que se possa segurar nas mãos  
e tenho de acreditar que isso significa que  
é uma coisa que nunca se pode perder”*

*- Emily Henry*

## **Agradecimento**

Em primeiro lugar, queria agradecer à minha orientadora, Professora Cláudia Camilo, pelo apoio, paciência e compreensão que me transmitiu desde o primeiro dia. Obrigada pela disponibilidade e, acima de tudo, pelas palavras encorajadoras, de tranquilidade e leveza que me transmitiu durante este período.

Agradeço também à Professora Doutora Lígia pela compreensão quando estava num dos momentos mais difíceis da minha vida e por me ajudar a aceitar essa minha fase de vida.

À minha família, obrigada pelo apoio e amor incondicional, e por acreditarem sempre em mim, mesmo quando eu não acreditava.

Obrigada, principalmente aos meus pais por terem a paciência para irem lendo o que escrevia, mesmo que não percebessem, e por me darem o encorajamento que precisava.

Obrigada, aos meus irmãos, por me ajudarem a não pensar na ansiedade que a dissertação me estava a dar, por me apoiarem e por me chatearem todos os dias.

Também tenho que agradecer à Rita e à Petita por me chatearem a toda a hora, mas por me alegrarem a vida também todos os dias, sem vocês como manas tinha enlouquecido, obrigada por celebrarem as minhas conquistas mesmo quando eu não as celebro.

Agradeço também aos meus colegas, tanto do ISCTE como da Universidade Europeia, pois ajudaram-me e apoiaram-me imenso neste percurso académico atribulado.

Obrigada aos meus amigos, à Filipa, à Luísa, à Margarida, à Mercedes, à Bibi e à Maria, por ouvirem sempre as minhas queixas, as minhas conquistas, por sentirem a minha dor e por me ajudarem a ultrapassá-la.

Por fim, obrigada àquela pessoa especial que me incentivou a inscrever neste mestrado, sem ti, nada disto seria possível.



## Resumo

A negligência parental é reconhecida como a forma de mau-trato infantil mais prevalente e com consequências duradouras no desenvolvimento das crianças, sendo a psicopatologia parental um fator de risco relevante. O presente estudo teve como objetivo analisar o papel mediador das atitudes parentais desadaptativas na associação entre psicopatologia materna e negligência física e psicológica. A amostra foi composta por 187 mães de crianças entre os 5 e os 13 anos, recrutadas em serviços de proteção infantil, escolas e instituições comunitárias. As participantes responderam ao *Brief Symptom Inventory* e ao *Adult-Adolescent Parenting Inventory*, e profissionais dos serviços de proteção/ comunitários ou professores avaliaram a negligência através do *Questionário de Avaliação do Mau Trato*. Os resultados do modelo de mediação revelaram um efeito indireto significativo entre a psicopatologia materna e a negligência via atitudes desadaptativas de inversão de papéis entre pais e filhos. Ou seja, mais psicopatologia materna está associado a mais atitudes inadequadas de inversão de papéis, que por sua vez leva a maiores níveis de negligência física e psicológica com a criança. Para além disso, os resultados destacam ainda os efeitos diretos da psicopatologia materna sobre as diversas dimensões das atitudes parentais e sobre a negligência. Estes resultados reforçam a importância da psicopatologia parental como fator de risco para a negligência, e a necessidade de considerar as cognições e atitudes parentais na compreensão desta associação. Os resultados oferecem contributos relevantes para a avaliação e intervenção na área da negligência parental.

**Palavras-chave:** negligência parental; psicopatologia materna; atitudes parentais; mecanismos explicativos.



## Abstract

Parental neglect is recognized as the most prevalent form of child maltreatment, with long-lasting consequences for children's development, and parental psychopathology has been identified as a relevant risk factor. This study aimed to examine the mediating role of maladaptive parental attitudes in the association between maternal psychopathology and both physical and psychological neglect. The sample consisted of 187 mothers of children aged 5 to 13 years, recruited from child protection services, schools, and community institutions. Participants completed the *Brief Symptom Inventory* and the *Adult-Adolescent Parenting Inventory*, and professionals from protection/community services or teachers assessed neglect using the *Maltreatment Severity Questionnaire*. Results of the mediation model revealed a significant indirect effect between maternal psychopathology and neglect via maladaptive role reversal attitudes between parents and children. In other words, more maternal psychopathology is associated with more inappropriate role reversal attitudes, which in turn leads to higher levels of physical and psychological neglect of the child. In addition, the results also highlight the direct effects of maternal psychopathology on various dimensions of parental attitudes and on neglect. This study thus reinforces the importance of parental psychopathology as a risk factor for neglect and the need to consider parental cognitions and attitudes in understanding this association. The results offer relevant contributions to assessment and intervention in parental neglect.

**Keywords:** parental neglect; maternal psychopathology; parental attitudes; explanatory mechanisms.





## Índice

Capítulo 1. Enquadramento teórico .....	1
Conceptualização da negligência .....	1
A psicopatologia materna e a parentalidade negligente.....	4
As atitudes parentais na associação entre a psicopatologia e a negligência .....	6
O presente estudo .....	8
Capítulo 2. Método .....	10
Participantes .....	10
Instrumentos .....	10
Procedimentos de recolha e análise de dados .....	12
Capítulo 3. Resultados.....	14
Análises Preliminares .....	14
Modelo de Mediação .....	16
Capítulo 4. Discussão .....	18
Limitações do estudo .....	20
Implicações para a intervenção e para a investigação futura.....	22
Referências .....	24



## **Capítulo 1. Enquadramento teórico**

De entre os vários tipos de mau-trato, a negligência tem sido reconhecida como o mais prevalente e com consequências negativas a longo prazo para a criança, apesar da escassez de investigação (Stoltenborgh et al., 2015). Os modelos ecológicos da parentalidade têm demonstrado que tanto as características pessoais dos pais como a sua história desenvolvimental e estabilidade emocional são determinantes essenciais para a sua parentalidade (Belsky et al., 1984). De entre estas variáveis, a psicopatologia parental tem vindo a ser identificada como um importante fator de risco para o mau-trato infantil, e especificamente para a negligência (Ayers et al., 2019; Meinck et al., 2016; Mulder et al., 2018). Por outro lado, os modelos sócio-cognitivos da parentalidade (e.g., Azar et al., 2008) sugerem que os pais desenvolvem e mantêm crenças relacionadas com a educação e desenvolvimento da criança que orientam a sua parentalidade e as suas práticas. Os esquemas cognitivos pré-existentes são estruturas de informação que existem previamente ao processamento de nova informação e influenciam as perceções dos pais e as suas cognições relacionadas com a criança nas outras fases de processamento da informação (Crouch & Milner, 2005). Estudos prévios têm sugerido que os esquemas cognitivos pré-existentes enviesados, nomeadamente atitudes parentais desadaptativas, estão associados à parentalidade negligente (Camilo et al., 2022; Park & Johnston, 2017), e são potencialmente impactados por estado emocionais negativos (como a depressão, ansiedade) (Milner, 2000). Assim, o presente estudo tem como principal objetivo explorar o efeito mediador das atitudes parentais desadaptativas na associação entre a psicopatologia materna e a negligência.

### **Conceptualização da negligência**

A negligência é reconhecida como o tipo de mau-trato infantil mais prevalente, porém, o menos estudado e, por consequência, menos compreendido (Stoltenborgh et al., 2015). A negligência começou a ser estudada como forma de mau-trato nos anos 80/90, sendo definida como uma omissão na provisão das necessidades da criança (Dubowitz et al., 1993; Wolock & Horowitz, 1984), constituindo uma ameaça ao seu desenvolvimento e bem-estar (Toth & Manly, 2019). Ao longo da história, a negligência tem sido abordada de forma dicotómica, isto é, presença ou ausência de indicadores de negligência. Todavia, as abordagens mais atuais da adversidade conceptualizam a negligência num processo contínuo, desde ambientes extremamente negligentes e de privação até contextos

extremamente ricos em estimulação e afeto (McLaughlin et. al, 2016). Este modelo contínuo permite uma compreensão mais abrangente da multiplicidade de situações adversas enfrentadas pelas crianças e de como diversos tipos e graus de negligência impactam o desenvolvimento.

Considerando a multidimensionalidade da negligência (Mennen et al., 2010), esta tem sido categorizada em diferentes subtipos (e.g., negligência física, falta de supervisão, negligência emocional, negligência cognitiva). Contudo, é fundamental fazer a distinção entre negligência física e psicossocial para compreender como estas experiências influenciam o desenvolvimento cognitivo e comportamental. A negligência física refere-se à falta de satisfação de necessidades essenciais básicas físicas (como a alimentação ou cuidados de saúde), enquanto a negligência psicossocial tem um efeito direto na organização dos processos cognitivos e emocionais da criança (McLaughlin et al., 2014). Segundo King et al. (2019), o modelo contínuo entre negligência e contextos ótimos de desenvolvimento sugere que a variação nos níveis de *input* emocional e cognitivo dos cuidadores pode ser significativa, afetando diretamente o desenvolvimento da criança. Em situações extremas de privação, crianças que habitam em instituições com escassa ou nenhuma interação social e estímulo cognitivo enfrentam um risco significativo de desenvolver graves problemas comportamentais, emocionais e cognitivos (King et al., 2019). Além disso, a negligência abrange a ausência de suporte emocional, supervisão adequada e condições seguras para o desenvolvimento da criança. Este tipo de negligência é frequentemente menos visível, mas os seus efeitos podem ser igualmente graves, impactando a saúde mental, a autoestima e a capacidade da criança de estabelecer relações interpessoais saudáveis (Mennen et al., 2010). Contextos familiares marcados por stress crónico, abuso de substâncias ou instabilidade emocional são frequentemente associados a este tipo de negligência. Além disso, normas culturais e desigualdades socioeconómicas podem influenciar a frequência e a perceção social da negligência infantil (Font & Maguire-Jack, 2020).

A negligência tem sido identificada, tanto internacional como nacionalmente, como o tipo de mau-trato mais prevalente. Uma meta-análise realizada por Stoltenborgh et al. (2013) revelou que a prevalência global de negligência física foi estimada em 16.3%, ou 163 casos por cada 1.000 crianças. No caso da negligência emocional, a prevalência foi ainda mais elevada, atingindo 18.4%, ou 184 casos por cada 1.000 crianças. Em Portugal, em 2024 a negligência continuou a ser a principal tipologia diagnosticada pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), com 33% dos casos, abrangendo

5123 processos de promoção e proteção. Dentro desta categoria existem diversas subcategorias, sendo que as que apresentaram uma incidência mais significativa foram a falta de supervisão e acompanhamento familiar com 28% das situações, a negligência ao nível da saúde (14% dos casos) e a negligência educacional (13,1%) (CNPDPJCJ, 2025).

A negligência é um problema grave que afeta de forma significativa o desenvolvimento global da criança, incluindo as dimensões física, emocional, cognitiva e social. É no ambiente familiar que a criança deve encontrar segurança, cuidados básicos e estímulos adequados, e a ausência destes elementos no seu contexto desenvolvimental pode levar a consequências negativas a longo prazo, tanto físicas como psicológicas (Chociay et al., 2023; Silva et al., 2018). A literatura sugere que a negligência pode resultar em problemas de desenvolvimento cognitivo, perturbações emocionais, dificuldades de aprendizagem, além de uma maior probabilidade de comportamentos de risco na adolescência e idade adulta. Estes impactos negativos podem perpetuar-se por gerações, reforçando ciclos de pobreza e exclusão social (Viswanathan et al., 2024). Do ponto de vista emocional, a negligência pode levar ao desenvolvimento de perturbações como a ansiedade, depressão e comportamentos agressivos ou de internalização, como retraimento e insegurança (Chociay et al., 2023; Marturano & Elias, 2016). Além disso, a privação de suporte emocional prejudica a formação de laços de confiança e dificulta o estabelecimento de relações saudáveis no futuro (Silva et al., 2018). No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, o impacto da negligência é igualmente significativo, sobretudo durante os primeiros anos de vida, quando o cérebro apresenta maior plasticidade e permeabilidade a estímulos externos. Ambientes familiares desfavoráveis, marcados por negligência e falta de estímulos adequados, podem comprometer o desenvolvimento cognitivo, prejudicar o desempenho escolar e limitar o potencial intelectual da criança (e.g., McLaughlin et al., 2015). Para além disso, a literatura tem reportado défices significativos na aquisição da linguagem em crianças que sofrem privações severas, sugerindo que a ausência de interações verbais regulares resulta em atrasos consideráveis no desenvolvimento linguístico (Noble et al., 2007). Socialmente, as crianças vítimas de negligência apresentam frequentemente dificuldades em estabelecer relações interpessoais positivas e tendem a isolar-se ou a exibir comportamentos agressivos (Silva et al., 2018). A negligência está igualmente associada a ciclos intergeracionais de maus-tratos, dado que indivíduos que experienciaram negligência na infância têm maior probabilidade de reproduzir comportamentos

semelhantes como cuidadores, na sua idade adulta (Chociay et al., 2023; Santos & Dell’Aglia, 2008).

A avaliação da negligência parental tem como principais objetivos identificar omissões nos cuidados parentais, avaliar a gravidade e cronicidade desses comportamentos, explorar fatores de risco e proteção e produzir um diagnóstico ecológico que integre variáveis pessoais, familiares e contextuais (Gershater-Molko et al., 2003). As medidas de auto-relato das vítimas são geralmente aplicadas retrospectivamente, como o *Childhood Trauma Questionnaire* (Baker & Maiorino, 2010), e apesar de proporcionarem uma avaliação direta da experiência subjetiva das pessoas (Kantor et al., 2004), o relato autobiográfico pode ser afetado pela memória seletiva ou pela incapacidade do sujeito de identificar determinados comportamentos como negligentes, para além de não permitir uma avaliação no momento presente (Tomás et al., 2023). Na avaliação da negligência podem também ser aplicados instrumentos de relato aos cuidadores, para avaliar a frequência dos seus comportamentos (no caso da negligência, as omissões de comportamento), utilizando instrumentos como o *Multidimensional Neglectful Behavior Scale* (MNBS; Kantor et al., 2004) ou o *Adolescents and Children Risk of Abuse and Maltreatment Parental Scale* (ACRAM-PS; Tomás et al., 2023). Todavia, o relato dos cuidadores apresenta limitações importantes, nomeadamente a tendência à deseabilidade social, pois os pais podem minimizar ou ocultar comportamentos para evitar julgamentos legais ou sociais (Calheiros et al., 2021). Assim, estas lacunas podem ser atenuadas através de instrumentos compreensivos de diagnóstico preenchidos pelos profissionais (Calheiros et al., 2021), informados por métodos como entrevistas estruturadas, observação direta e informação complementar (Kantor et al., 2004).

### **A psicopatologia materna e a parentalidade negligente**

O modelo ecológico sugerido por Urie Bronfenbrenner, propõe que a evolução do indivíduo é influenciada por vários sistemas de interação em diferentes níveis, que vão desde o ambiente mais próximo até contextos sociais e culturais mais abrangentes (Bronfenbrenner, 1979). Baseado neste modelo, Belsky (1980) propõe um modelo ecológico-desenvolvimental do mau-trato, sugerindo que este é influenciado pela interação entre fatores individuais dos pais e da criança, e contextuais da família. Ainda segundo Belsky, tanto as características pessoais dos pais como o seu histórico desenvolvimental são determinantes essenciais da sua parentalidade (Belsky et al., 1984).

Entre outras variáveis individuais dos pais, a psicopatologia parental parece ter um impacto significativo na parentalidade e na capacidade de os pais prestarem cuidados sensíveis e de qualidade, com impactos negativos subsequentes no desenvolvimento da criança (McLaughlin et al., 2012). Nas últimas décadas, a literatura tem realçado as dificuldades enfrentadas pelos pais com problemas de saúde mental no exercício da sua parentalidade (Zitzmann et al., 2023), e são vários os estudos que revelam que a psicopatologia parental está associada a menor qualidade das interações pais-filhos, incluindo inversão de papéis, hostilidade (e.g., Dix & Meunier, 2009; Eyden et al., 2016; Steele et al., 2019), baixa sensibilidade parental e afeto positivo, e elevado afeto negativo (Muzik et al., 2017).

Adicionalmente, a psicopatologia parental tem sido identificada como um importante fator de risco para o mau-trato, nomeadamente para a negligência (Ayers et al., 2019; Ford et al., 2004; Meinck et al., 2016; Ostman & Hansson, 2002). De acordo com uma meta-análise realizada por Mulder e colaboradores (2018) centrada nos fatores de risco da negligência, os problemas de saúde mental ou psiquiátricos dos pais apresentam um efeito significativo moderado na negligência, sugerindo que os pais que apresentam problemas psicológicos como depressão, ansiedade ou outras perturbações têm uma maior probabilidade de não responderem adequadamente às necessidades emocionais, físicas ou educacionais das crianças. Também numa outra meta-análise anterior de Stith e colaboradores (2009), a depressão dos pais revelou uma associação significativa com a negligência, sugerindo que, num quadro de depressão parental, a capacidade dos pais se envolverem emocionalmente com os filhos fica comprometida, podendo resultar em desatenção e falta de cuidado face às necessidades básicas das crianças.

A depressão materna tem sido a psicopatologia mais estudada, com uma forte relação com dificuldades na parentalidade, dado que afeta a capacidade materna de se relacionar com a criança emocionalmente, o que resulta em interações menos positivas (Taraban & Shaw, 2018). Os pais com depressão geralmente caracterizam-se por elevados níveis de afeto negativo, baixa regulação emocional, diminuição do processamento de recompensas (Psychogiou & Parry, 2014). Além de interações mais negativas, um estudo conduzido por Coyne et al. (2007) revelou que as mães com sintomatologia depressiva têm uma maior probabilidade de interpretar certos comportamentos das crianças de forma negativa, o que pode por sua vez aumentar o distanciamento emocional na relação mãe-filho (Letourneau et al., 2010). Para além



disso, a depressão materna está associada à adoção de estilos parentais inconsistentes, como a falta de regras estáveis, e a baixa firmeza na disciplina, resultando em oscilações de permissividade excessiva e autoritarismo que podem criar um ambiente pouco seguro e estruturado para a criança (Lovejoy et. al, 2000). O'Donnell e colaboradores (2015) revelaram ainda que crianças cujas mães frequentam serviços de saúde mental têm duas vezes mais probabilidades de sofrer maus-tratos.

É sabido que o impacto será maior nos primeiros anos de vida, pois durante este período a criança depende fortemente do cuidado materno, mas a depressão pode afetar negativamente a construção deste vínculo, o que pode levar a dificuldades no desenvolvimento da criança (Shaw et al., 2009). Por um lado, bebês e crianças pequenas, expostas à depressão parental têm um maior risco de vinculação insegura pois estão mais dependentes dos pais, e por outro lado, crianças em idade escolar e adolescentes podem apresentar elevadas taxas de problemas emocionais e comportamentais, e são mais impactados pela exposição ao stress familiar, como conflitos conjugais e dificuldades interpessoais (Bernard et. al, 2018; Mustillo et. al, 2011).

Além disso, a psicopatologia parental é frequentemente agravada por outros fatores de risco. Os pais sob elevado nível de stress, em situação de desemprego, com pouca rede de suporte social e dificuldades financeiras podem apresentar mais dificuldades na sua parentalidade, revelando menor envolvimento emocional e menor sensibilidade para com os filhos (Bauch et. al, 2022).

### **As atitudes parentais na associação entre a psicopatologia e a negligência**

O modelo de controlo da ação da parentalidade (Dix & Meunier, 2009) oferece uma estrutura cognitivo-comportamental para explicar de que forma a psicopatologia parental pode afetar negativamente as práticas parentais e, subsequentemente, o desenvolvimento das crianças. Este modelo baseia-se na teoria do processamento de informação social, e descreve o impacto da depressão parental na parentalidade em cinco etapas: a) no processamento de objetivos, em que os pais apresentam mais objetivos centrados em si próprios e menos centrados nas crianças; b) no processamento de sinais da criança, revelando atenção reduzida à criança; c) na avaliação dos comportamentos da criança, apresentando maior probabilidade de fazer e comunicar avaliações negativas; d) na ativação emocional, demonstrando menos emoções positivas e mais emoções negativas à criança; e por último e) na responsividade, revelando menos capacidade para gerar respostas adequadas à criança (Dix & Meunier, 2009).

Todavia, de acordo com o modelo de processamento da informação social aplicado à parentalidade maltratante (e.g., Azar et al., 2008), os pais desenvolvem e mantêm crenças relacionadas com a educação e desenvolvimento da criança, prévias às restantes fases de processamento, que orientam a sua parentalidade e as suas práticas. Os esquemas cognitivos pré-existentes são estruturas de informação que existem previamente ao processamento de nova informação e influenciam as percepções dos pais e as suas cognições relacionadas com a criança nas outras fases de processamento da informação (Crouch & Milner, 2005). Estudos anteriores têm sugerido que os esquemas cognitivos pré-existentes enviesados, nomeadamente atitudes parentais desadaptativas, estão associados à parentalidade negligente (Camilo et al., 2022; Park & Johnston, 2017), e são potencialmente impactados por estado emocionais negativos (como a depressão, ansiedade) (Milner, 2000).

O conceito de atitudes reflete “(a) uma estrutura relativamente duradoura de crenças, sentimentos e tendências comportamentais em relação a objetos, grupos, eventos ou símbolos socialmente significativos, e (b) um sentimento ou avaliação geral - positivo ou negativo - sobre alguma pessoa, objeto ou questão” (Hogg & Vaughan, 2017, p. 154). Especificamente, as atitudes parentais são um produto do conhecimento, valores, crenças e expectativas dos pais em relação aos seus filhos, que são influenciados por representações culturais e sociais, bem como pelas suas próprias experiências e valores (Holden & Buck, 2002). A associação entre as cognições parentais, entre as quais as atitudes, e o mau-trato tem sido estudada nas últimas décadas, e a investigação tem demonstrado que os pais maltratantes ou com elevado risco de mau-trato têm tendencialmente esquemas cognitivos sobre desenvolvimento e educação mais inadequados e enviesados (e.g., Crouch et al., 2012). Ainda, numa recente meta-análise, os resultados revelaram que os esquemas cognitivos como crenças e atitudes explicam parcialmente as práticas parentais abusivas e negligentes (Camilo et al., 2020). Todavia, a investigação tem-se centrado sobretudo no abuso físico e psicológico (e.g., Hiraoka et al., 2014; Rodriguez et al., 2016; Slep & O’Leary), e os estudos sobre a negligência são ainda escassos. Ainda assim, alguns estudos anteriores sugerem que a parentalidade negligente está associada a crenças e atitudes parentais enviesadas (Park & Johnston, 2017), mesmo controlando para o efeito do funcionamento cognitivo e do estatuto socioeconómico (Azar et al., 2012; Camilo et al., 2022).

Os Esquemas Precoces Desadaptativos, i.e., padrões emocionais e cognitivos disfuncionais que se desenvolvem na infância e podem continuar ao longo da vida, podem

ainda ajudar a compreender a influência da psicopatologia na parentalidade. Descritos por Young et al. (2003), estes esquemas são respostas adaptativas a experiências adversas precoces na infância, como negligência emocional, rejeição ou ambientes familiares instáveis, que podem tornar-se disfuncionais na vida adulta, contribuindo para vulnerabilidades em vários campos incluindo a parentalidade (Bär et al., 2023). Além disso, a parentalidade sob influência de Esquemas Precoces Desadaptativos está frequentemente relacionada a atitudes rígidas, baixa empatia e dificuldades em responder às necessidades emocionais dos filhos, podendo resultar em negligência emocional (Bär et al., 2023).

As atitudes parentais desadaptativas podem ter origem em esquemas cognitivos enviesados associados à psicopatologia nos cuidadores, como depressão, ansiedade e perturbações de personalidade. No contexto da parentalidade, estes estados psicológicos podem assim afetar diretamente as interações entre pais e filhos, contribuindo para práticas parentais inadequadas (e.g., Milner, 2000).

### **O presente estudo**

A negligência, entre os diferentes tipos de maus-trato, tem sido apontada como a mais comum e, simultaneamente, com efeitos mais persistentes no desenvolvimento infantil, apesar de a investigação neste domínio continuar a ser relativamente escassa (Stoltenborgh et al., 2015). A literatura baseada em modelos ecológicos da parentalidade sublinha que aspetos relacionados com a personalidade dos pais, o seu percurso desenvolvimental e a sua estabilidade emocional constituem fatores determinantes na forma como estes exercem o seu papel parental (Belsky et al., 1984). Dentro deste enquadramento, a presença de psicopatologia nos cuidadores surge como um fator de risco de particular relevância para a ocorrência de mau-trato, sobretudo negligência (Ayers et al., 2019; Meinck et al., 2016; Mulder et al., 2018).

Por outro lado, perspetivas sócio-cognitivas da parentalidade (Azar et al., 2008) defendem que as práticas parentais são orientadas por um conjunto de crenças que os pais desenvolvem e mantêm relativamente à educação e ao crescimento da criança. Essas crenças encontram-se enraizadas em esquemas cognitivos existentes, que funcionam como filtros de interpretação e processamento da nova informação, influenciando a forma como os pais percecionam e pensam acerca do comportamento da criança em diferentes momentos (Crouch & Milner, 2005). Investigações anteriores sugerem que distorções nestes esquemas cognitivos, nomeadamente através de atitudes parentais desadaptativas,

se associam a práticas negligentes (Camilo et al., 2022; Park & Johnston, 2017), podendo estas ser influenciadas por estados emocionais negativos, como ansiedade ou depressão (Milner, 2000).

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal analisar de que forma as atitudes parentais desadaptativas medeiam a relação entre a psicopatologia materna e a negligência, quer física quer psicológica, numa amostra de mães. Pretende-se, assim, compreender melhor os mecanismos através dos quais a presença de psicopatologia nas mães se associa a práticas parentais negligentes, explorando especificamente o papel que as crenças e esquemas cognitivos relacionados com a parentalidade podem desempenhar nesta associação. Esta análise revela-se particularmente relevante, pois a identificação de mecanismos mediadores pode orientar o desenvolvimento de intervenções de prevenção e de programas de apoio parental mais ajustados, estando centrado não apenas na redução da sintomatologia psicopatológica, mas também na modificação de crenças e atitudes parentais desadaptativas.

Com base na literatura existente, foram formuladas as seguintes hipóteses: níveis mais elevados de psicopatologia materna estarão associados a maiores níveis de negligência física e psicológica; a psicopatologia materna estará positivamente relacionada com atitudes parentais desadaptativas; estas atitudes estarão associadas a maiores níveis de negligência; e, por fim, espera-se que as atitudes parentais desempenhem um papel mediador na relação entre psicopatologia materna e negligência, tanto física como psicológica.

## Capítulo 2. Método

### Participantes

A amostra do presente estudo foi constituída por 187 mães, com idades compreendidas entre os 17 e os 60 anos ( $M = 32.74$ ,  $DP = 7.78$ ), recrutadas nos serviços de proteção e serviços comunitários ou escolas. Relativamente ao estado civil, a maior parte das mães encontrava-se em união de facto (40.4%,  $n = 76$ ) ou casada (35.6%,  $n = 67$ ). A maioria das mães eram lusodescendentes (68.4%), e as restantes eram de descendência africana (17.6%) ou dupla descendência (4.8%). Relativamente às habilitações literárias, as participantes tinham maioritariamente o completado o 3º ciclo de escolaridade (26.7%) ou o ensino secundário (25.7%). As mães tinham entre um e oito filhos ( $M = 2.66$ ,  $DP = 1.39$ ), e cerca de metade (50.3%) tinha pelo menos um filho sinalizado aos serviços de proteção infantil com idade compreendida entre os 5 e os 13 anos ( $M = 9.49$ ,  $DP = 2.10$ ). A idade mais prevalente das crianças-alvo são 10 anos (18,2%), seguido de 9 e 11 anos (17,6% e 15,5%, respetivamente).

Foram excluídas as mães com deficiência intelectual grave, falta de proficiência na língua portuguesa, ou com envolvimento em situações de abuso sexual.

### Instrumentos

#### *Questionário sociodemográfico*

Com o objetivo de recolher informação de carácter social e demográfico das participantes, foi aplicado um questionário breve no qual se obteve dados pessoais (e.g., idade e etnia), relativos ao percurso académico (e.g., habilitações literárias), à situação profissional atual, bem como informações sobre o contexto familiar (e.g., quantos filhos e idade dos mesmos) e a situação socioeconómica (e.g., emprego e fonte de rendimento).

#### *Brief Symptom Inventory*

O Brief Symptom Inventory (BSI), desenvolvido originalmente por Derogatis (1993), traduzido, adaptado, e validado para a população portuguesa por Canavarro (1995), é um instrumento de autorrelato composto por 53 itens que avaliam a intensidade de sintomas psicológicos experienciados nas últimas semanas. O BSI permite aferir nove dimensões clínicas, incluindo depressão, ansiedade, hostilidade, somatização e obsessividade-compulsividade, entre outras, e três Índices Globais, para uma avaliação sumária da perturbação emocional (Canavarro, 1995). A versão portuguesa apresenta boa

validade e fiabilidade para utilização em contextos clínicos e de investigação. As participantes responderam através de uma escala tipo Likert de cinco pontos que variava entre “0” (Nunca) e “4” (Muitíssimas vezes). No presente estudo foi utilizado o Índice Geral de Sintomas (IGS), que corresponde à média das pontuações de todos os itens ( $\alpha = .95$ ). Valores mais elevados indicam mais sintomatologia psicopatológica.

### ***The Adult-Adolescent Parenting Inventory***

É um instrumento de autorrelato utilizado para avaliar atitudes parentais, com especial foco em identificar atitudes desajustadas e enviesadas que possam ser prejudiciais para o desenvolvimento das crianças (Bavolek & Keene, 2010). O questionário é constituído por 40 itens, como por exemplo "As crianças aprendem respeito através de disciplina rigorosa", aos quais os participantes respondem numa escala de “1” (discordo totalmente) a “5” (concordo totalmente). Os itens estão distribuídos por cinco dimensões: Expectativas parentais inadequadas, Falta de empatia para com as necessidades das crianças, Crença no uso e eficácia da punição corporal, Inversão dos papéis entre pais e filhos, e Repressão da independência e poder das crianças. Relativamente à sua fiabilidade, este instrumento tem evidenciado níveis de consistência interna adequados para as suas cinco dimensões e para um score global na sua versão original (Conners et al., 2006). A versão portuguesa (Camilo et al., 2022) é constituída por 30 itens, distribuídos por quatro dimensões (não incluindo a dimensão de Repressão da independência e poder das crianças). Para a presente amostra, os valores de Alpha de Cronbach revelaram valores adequados: Expectativas parentais inadequadas ( $\alpha = .78$ ), Falta de empatia para com as necessidades das crianças ( $\alpha = .80$ ), Crença no uso e eficácia da punição corporal ( $\alpha = .80$ ), e Inversão dos papéis entre pais e filhos ( $\alpha = .73$ ). Valores mais elevados correspondem a atitudes parentais mais desadaptativas.

### ***Questionário de Avaliação do Mau Trato***

Para recolher informação relativa a indicadores de negligência, foi utilizado o Questionário de Avaliação do Mau Trato, preenchido por profissionais com contacto direto com as famílias (profissionais dos serviços de proteção, serviços comunitários e professores). Este instrumento permite uma avaliação estruturada de diferentes formas de negligência parental, nomeadamente nas dimensões de negligência física e psicológica. É constituído por 21 itens, cada um composto por quatro descritores de severidade, que avaliam a negligência física, negligência psicológica e abuso físico e psicológico

(Calheiros et al., 2019). O presente estudo utilizou apenas as duas sub-escalas de negligência, que revelaram valores de fiabilidade adequados: Negligência física ( $\alpha=0.78$ ) e Negligência psicológica ( $\alpha=0.82$ ). Valores mais elevados nas sub-escalas indicam mais negligência.

### **Procedimentos de recolha e análise de dados**

Este estudo integra um projeto mais alargado centrado nas cognições maternas associadas à parentalidade maltratante. Após a aprovação da Comissão de Ética, foram obtidas as autorizações necessárias junto das instituições envolvidas, nomeadamente serviços de proteção infantil, escolas e instituições comunitárias. Com base nos critérios de inclusão e exclusão definidos, as mães elegíveis foram contactadas para integrar o estudo, sendo informadas de que participariam num estudo sobre parentalidade. As mães que aceitaram participar foram convidadas a comparecer nos respetivos serviços para realizar sessões individuais de recolha de dados. As mães foram informadas de que o objetivo do estudo era compreender as perceções das mães sobre o desenvolvimento dos seus filhos e sua influência nas práticas parentais, tendo sido lido e assinado o consentimento informado. Posteriormente, foram preenchidos o questionário sociodemográfico, o BSI e o AAPI. Após a recolha de dados, cada participante recebeu um cartão-presente no valor de 10€. Em seguida, os profissionais dos serviços de proteção (para as mães sinalizadas), os professores da criança-alvo ou os profissionais das instituições comunitárias (para as mães não sinalizadas) responderam ao Questionário de Avaliação do Mau Trato.

Após a recolha dos dados junto das participantes, as análises estatísticas foram realizadas no software *IBM SPSS Statistics*, versão 29. Numa fase inicial, procedeu-se à análise descritiva das variáveis, utilizando médias, desvios-padrão e valores mínimos e máximos, com o objetivo de explorar os dados. A normalidade da distribuição das variáveis contínuas foi avaliada através da inspeção de histogramas e *Q-Q plots*, bem como dos valores de assimetria e curtose. A presença de *outliers* foi também examinada para todas as variáveis relevantes, garantindo a robustez das análises subsequentes. Posteriormente, foram exploradas as correlações bivariadas entre as variáveis, através do cálculo do coeficiente de correlação de Pearson. Adicionalmente, foram realizadas análises para comparar as características e variáveis de interesse entre o grupo de mães sinalizadas e não sinalizadas, utilizando testes *t* para amostras independentes.

Para testar o modelo de mediação proposto, foi utilizada a macro *PROCESS* v5.0 de Andrew F. Hayes (2022), Modelo 4. Este modelo permite avaliar os efeitos diretos, indiretos e totais de uma variável independente sobre uma variável dependente através de variáveis mediadoras. As análises de mediação foram conduzidas separadamente para a negligência física e a psicológica. Para a estimação dos efeitos indiretos, recorreu-se ao método de *bootstrapping* com 5.000 amostras, garantindo intervalos de confiança de 95%.



### **Capítulo 3. Resultados**

Esta secção apresenta os principais resultados do presente estudo, divididos em análises preliminares e o modelo de mediação testado. As análises preliminares incluem a exploração de diferenças nas variáveis de interesse entre as mães com crianças sinalizadas *versus* não sinalizadas (no sentido de explorar a sua variabilidade), assim como a análise das correlações entre estas variáveis de interesse. Posteriormente, são detalhados os resultados das análises de mediação que investigaram o papel das atitudes parentais desadaptativas na relação entre a psicopatologia materna e a negligência.

#### **Análises Preliminares**

Tal como se pode observar na Tabela 1, existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de mães com crianças sinalizadas e o grupo de mães com crianças não sinalizadas em todas as variáveis analisadas. As mães com crianças sinalizadas apresentaram níveis significativamente mais elevados de psicopatologia, em comparação com as mães sem qualquer sinalização. No que respeita às atitudes parentais avaliadas pelo AAPI, as mães de crianças sinalizadas revelaram níveis significativamente mais elevados de expectativas inadequadas, falta de empatia para com a criança, uma maior valorização da punição corporal, e uma maior tendência para inversão de papéis do que as mães sem qualquer sinalização. Adicionalmente, as mães com crianças sinalizadas apresentaram níveis significativamente mais elevados de negligência física e de negligência psicológica.

**Tabela 1.**

*Diferenças de Médias entre Mães com Filhos Sinalizados aos Serviços de Proteção e Mães com Crianças não Sinalizadas.*

	Mães sinalizadas <i>M (DP)</i>	Mães não-sinalizadas <i>M (DP)</i>	<i>Teste-t</i>
Psicopatologia materna	1.92 (.59)	1.59 (.44)	4.41***
Expectativas inapropriadas	3.24 (.67)	2.92 (.61)	3.52***
Falta de empatia	2.73 (.59)	2.39 (.60)	4.02***
Valorização da punição corporal	2.16 (.66)	1.90 (.59)	2.95***
Inversão de papéis	2.76 (.57)	2.29 (.65)	4.90***
Negligência física	4.54 (.59)	1.03 (.15)	8.19***
Negligência psicológica	2.06 (.82)	1.07 (.32)	10.88***

\*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$

Conforme demonstrado na Tabela 2, foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre as variáveis em estudo. A psicopatologia apresenta correlações positivas com todas as dimensões das atitudes parentais, nomeadamente expectativas inadequadas falta de empatia, valorização da punição corporal e inversão de papéis, sugerindo que níveis mais elevados de sintomatologia psicopatológica estão associados a atitudes parentais mais disfuncionais.

A psicopatologia materna também se correlacionou significativamente com a negligência física e a negligência psicológica, indicando que, em ambas as dimensões da negligência, níveis mais elevados de sintomatologia psicopatológica materna estão associados a mais negligência. Por último, as diferentes dimensões das atitudes parentais revelaram estar correlacionadas com a negligência, sugerindo que expectativas mais inadequadas e mais falta de empatia, valorização da punição corporal e inversão de papéis estão associadas a mais negligência física e psicológica.

**Tabela 2.***Correlações entre Variáveis Dependentes e Independentes (n = 187).*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	1.	2.	3.	4.	5.	6.
1. Psicopatologia materna	1.75	0.54	-					
2. Expectativas inadequadas	3.08	0.66	.172*	-				
3. Falta de empatia	2.56	0.62	.146*	.733**	-			
4. Valorização da punição corporal	2.03	0.64	.172**	.539**	.499**	-		
5. Inversão de papéis	2.53	0.66	.245**	.661**	.780**	.465**	-	
6. Negligência física	1.29	0.50	.349**	.149*	.155*	.174*	.288**	-
7. Negligência psicológica	1.57	0.79	.300**	.164*	.239**	.213**	.313**	.730**

**Modelo de Mediação**

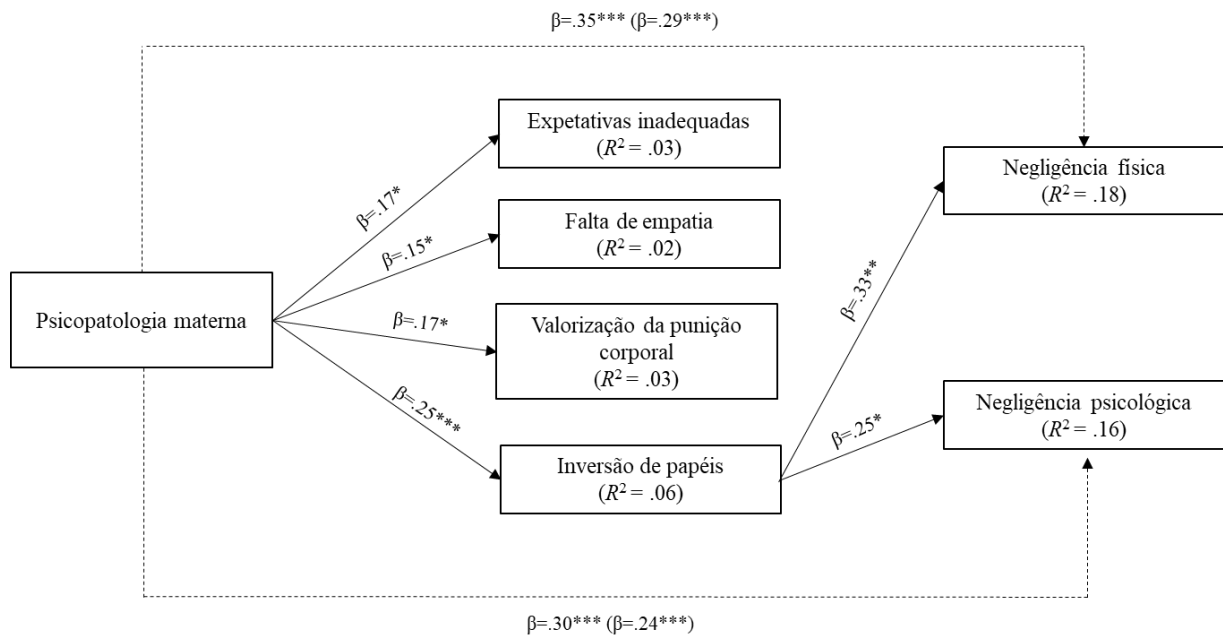
O modelo de mediação foi conduzido para analisar o papel das atitudes parentais (expectativas inadequadas, falta de empatia, crença na punição corporal e inversão de papéis) na relação entre a psicopatologia materna e a negligência física e psicológica.

Os resultados do modelo de mediação (Figura 1) revelaram um efeito indireto significativo da psicopatologia materna na negligência física e psicológica via inversão de papéis (negligência física:  $\beta = .08$ ,  $SE = .03$ , 95% CI [.023, .149]; negligência psicológica:  $\beta = .06$ ,  $SE = .03$ , 95% CI [.004, .129]), sugerindo que mais psicopatologia materna está associado a mais atitudes inadequadas de inversão de papéis, que por sua vez leva a maiores níveis de negligência física e psicológica com a criança.

Analisando a Figura 1, os resultados destacam ainda os efeitos diretos da psicopatologia materna sobre as diversas dimensões das atitudes parentais e sobre a negligência. A psicopatologia materna mostrou estar significativamente associada, de forma direta, às expectativas inadequadas, falta de empatia, valorização da punição corporal e à inversão de papéis. Adicionalmente, a psicopatologia materna revelou também efeito direto significativo na negligência física e a negligência psicológica. Por sua vez, a inversão de papéis apresentou uma associação direta com a negligência física e psicológica.

**Figura 1.**

*Modelo de Mediação das Atitudes Parentais Inadequadas na Relação Entre a Psicopatologia Materna e a Negligência Parental Física e Psicológica.*



Nota. Os coeficientes entre parêntesis referem-se aos efeitos diretos.

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$ ; \*\*\* $p < .001$ .

## Capítulo 4. Discussão

A literatura tem evidenciado que a negligência representa uma ameaça para o desenvolvimento e bem-estar da criança com consequências a longo prazo (Herrenkohl et al., 2012). A saúde mental dos principais cuidadores tem sido identificado como um fator de risco proeminente para a parentalidade maltratante e especificamente para a negligência (Mulder et al., 2018; Stith et al., 2009), podendo aumentar os enviesamentos cognitivos dos pais que comprometem, por sua vez, a sua capacidade de responder de forma sensível e consistente às necessidades dos filhos. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar o papel mediador das atitudes parentais desadaptativas na relação entre a psicopatologia parental e a negligência física e psicológica, numa amostra de mães.

Os resultados das análises preliminares foram de encontro à literatura, tendo revelado que as mães com práticas mais negligentes apresentam maiores níveis de sintomatologia psicopatológica. Os estudos sobre esta matéria têm indicado que a psicopatologia tem um papel importante na qualidade da parentalidade que pode comprometer a capacidade de prestar cuidados consistentes e emocionalmente sensíveis. Em particular, a depressão materna tem sido amplamente estudada, revelando-se associada a interações menos positivas, menor sensibilidade e responsividade parental e a estilos educativos inconsistentes, que oscilam entre permissividade e autoritarismo (Lovejoy et al., 2000; Taraban & Shaw, 2018). A literatura demonstra ainda que mães com sintomatologia depressiva tendem a interpretar os comportamentos dos filhos de forma mais negativa, o que provoca um distanciamento emocional (Coyne et al., 2007; Letourneau et al., 2010). Para além disso, diferentes meta-análises identificaram a psicopatologia parental, com destaque na depressão, como um fator de risco significativo para a negligência, ao aumentar a probabilidade de omissões na resposta às necessidades físicas, emocionais e educacionais das crianças (Mulder et al., 2018; Stith et al., 2009).

Por outro lado, também as atitudes parentais revelaram estar associadas à negligência física e psicológica, tal como sugerido por estudos anteriores que identificaram crenças e atitudes parentais desadaptativas como preditores significativos de práticas negligentes (Camilo et al., 2022; Park & Johnston, 2017). Camilo et al. (2022), realizaram um estudo com mães portuguesas, onde mostraram que tanto medidas explícitas como implícitas de atitudes parentais associaram-se de forma consistente a indicadores de negligência avaliados por profissionais, distinguindo entre negligência

física e psicológica. Foi evidenciado também uma convergência entre medidas explícitas e implícitas, sugerindo que os enviesamentos cognitivos dos cuidadores operam em múltiplos níveis e refletem-se diretamente nas práticas parentais. De forma semelhante, Park & Johnston (2017), no âmbito da investigação com pais com sintomas de défice de atenção e hiperatividade (ADHD), verificaram que crenças parentais rígidas e expectativas irrealistas prediziam níveis mais elevados de disciplina inconsistente, hostilidade e negligência, mesmo após controlar o funcionamento cognitivo e o estatuto socioeconómico. Importa salientar que, no presente estudo, esta associação foi observada apesar da utilização de medidas com múltiplos informantes, o autorrelato materno para avaliar atitudes parentais e o heterorrelato profissional para avaliar a negligência, o que reforça a robustez da relação encontrada e atenua potenciais enviesamentos decorrentes do uso exclusivo de uma única fonte de informação. Este resultado vai ao encontro do modelo de processamento da informação social (Azar et al., 2008), segundo o qual os esquemas cognitivos e as crenças parentais enviesadas moldam a forma como os cuidadores interpretam os sinais e necessidades da criança, podendo comprometer respostas adequadas e sensíveis e, em última instância, contribuir para práticas negligentes.

Por último, os resultados sugeriram associações significativas entre a psicopatologia e as diferentes dimensões das atitudes parentais, apresentando um importante contributo para a literatura.

Quanto aos resultados do modelo de mediação, a psicopatologia das mães revelou estar associada à negligência física e psicológica via atitudes desadaptativas de inversão de papéis entre pais e filhos. Especificamente, esta dimensão avalia a atribuição de funções parentais à criança, exigindo dela níveis de responsabilidade e suporte emocional que não são adequados ao seu estágio de desenvolvimento (Cohen, 1990). Este resultado corrobora a evidência empírica que demonstra que sintomas emocionais, como depressão, ansiedade ou hostilidade, podem interferir diretamente com a disponibilidade emocional e instrumental das mães para cuidarem dos seus filhos (Turney, 2011). Esta evidência é igualmente sustentada por Boris et al. (2004), cujo estudo demonstrou que a psicopatologia materna compromete tanto a responsividade emocional como a capacidade organizativa dos cuidados parentais. Na verdade, no estilo parental permissivo observa-se uma inversão dos papéis entre pais e filhos ou até a parentificação da criança (Cruz et al., 2011). A parentificação manifesta-se quando a criança é chamada a assumir, de forma precoce e prolongada, responsabilidades que excedem as suas capacidades

desenvolvimentais, passando a ocupar o lugar do adulto, ou seja, a inversão de papéis, tanto no plano instrumental (tarefas domésticas, cuidado de irmãos) como no plano emocional (apoio, regulação ou consolo do progenitor). Considerando as dificuldades das mães com mais psicopatologia nas suas tarefas diárias, relativas à casa, à família e aos cuidados da criança, pode a criança assumir este papel de cuidador. Esta forma de parentificação emocional ou instrumental surge frequentemente em contextos de fragilidade emocional, e tem sido descrita na literatura como um fator de risco para a desregulação emocional da criança e a negligência. A inversão de papéis não só compromete a proteção e contenção emocional que a criança necessita, como também acentua a confusão de papéis no sistema familiar, potenciando práticas negligentes — especialmente de tipo psicológico (Micucci, 2009). O estudo qualitativo de Schorr e Goldner (2023), baseado em entrevistas a mulheres que experienciaram parentificação durante a infância e adolescência, evidencia de forma clara esta relação. Estas mães, frequentemente imaturas do ponto de vista emocional, não reconheciam os limites psicológicos da criança nem a sua individualidade, o que levava à dissolução das fronteiras parentais. A negligência surgia não apenas como omissão de cuidados básicos, mas sobretudo como incapacidade de responder às necessidades emocionais da filha, ou como imposição de encargos emocionais desadequados. Muitas participantes referiram ter sentido que não havia ninguém responsável na casa, obrigando-as a “ser adultas” desde muito novas, num esforço contínuo para manter a estabilidade familiar. Também um estudo de Barnett e Parker (1998) revelou que mães emocionalmente indisponíveis, embora fisicamente presentes, geram padrões de vinculação insegura, nomeadamente o tipo resistente ou desorganizado, em que a criança demonstra comportamentos controladores, sobreprotetores ou mesmo rejeitantes para com a mãe. Barnett e Parker (1998) destacam ainda que a parentificação materna, ao contrário da paterna, está frequentemente associada a uma relação simbiótica, onde a mãe usa a filha como fonte de conforto, companheirismo e estabilidade emocional, podendo levar a fenómenos de enredamento (*enmeshment*) e confusão de papéis parentais, conjugais e filiais.

### **Limitações do estudo**

Apesar de apresentar resultados relevantes, o presente estudo não está isento de limitações. Em primeiro lugar, o desenho transversal utilizado impede o estabelecimento de relações de causalidade, ainda que os modelos testados tenham fundamento teórico

sólido, como o modelo de Belsky (1984), que sustenta a direção proposta entre psicopatologia, atitudes e práticas parentais. Estudos longitudinais iriam permitir acompanhar a evolução destas variáveis ao longo do tempo e confirmar as relações mediadas.

Em segundo lugar, embora o recurso a múltiplos informantes constitua uma mais-valia metodológica, importa reconhecer que os profissionais podem ter um acesso limitado ou indireto ao contexto real das práticas parentais no ambiente familiar, o que pode enviesar as suas perceções. Por outro lado, a avaliação da psicopatologia materna foi realizada através de um instrumento de autorrelato (BSI), o qual, embora validado e amplamente utilizado, pode não captar com precisão quadros clínicos mais severos, estando sujeito a desejabilidade social ou subavaliação sintomática. A utilização de entrevistas clínicas ou avaliação diagnóstica poderia trazer maior validade aos resultados.

Também é de ressaltar que o presente estudo se prende com a utilização de instrumentos de autorrelato para avaliar atitudes parentais. Em contextos de elevada psicopatologia, é possível que as participantes apresentem menor capacidade reflexiva sobre as suas práticas e crenças parentais, ou mesmo uma tendência para minimizar ou distorcer certas atitudes por desejabilidade social ou dificuldades de insight. Como já mencionado, Douglas e Walsh (2009) afirmam que mães em contextos de intervenção sentem-se frequentemente confusas, desinformadas ou desprotegidas, o que pode comprometer a expressão autêntica das suas atitudes parentais. Adicionalmente, como defendem Boris et al. (2004), o impacto da psicopatologia na parentalidade pode ocorrer por vias emocionais ou relacionais implícitas, menos acessíveis à consciência ou ao discurso verbal, o que poderá ter limitado a deteção de efeitos mediadores através de medidas autorreportadas.

É importante referir que este estudo se centrou exclusivamente nas mães, não sendo possível ter resultados para os pais. No entanto, a literatura mostra que a depressão paterna também se associa a menor envolvimento positivo e a mais comportamentos parentais negativos (Wilson & Durbin, 2010), o que reforça a importância de incluir ambos os progenitores em estudos futuros.

Por fim, outra limitação prende-se com o facto de terem sido avaliadas apenas atitudes parentais explícitas. Estudos recentes (e.g., Camilo et al., 2022) sugerem que medidas implícitas de atitudes podem captar enviesamentos cognitivos menos acessíveis à consciência, mas relevantes para explicar práticas negligentes.



## **Implicações para a intervenção e para a investigação futura**

Os resultados obtidos, ao sugerirem a associação entre a psicopatologia materna e a parentalidade negligente, sublinham a necessidade de considerar a saúde mental parental como uma dimensão central em contextos de avaliação e intervenção familiar. Programas de prevenção e intervenção precoce dirigidos a famílias em risco devem assim integrar componentes focadas no bem-estar psicológico dos cuidadores, promovendo estratégias de regulação emocional, autocuidado e suporte social.

Por outro lado, o papel mediador da inversão de papéis destaca a importância de identificar precocemente dinâmicas de parentificação e de promover intervenções que permitam restabelecer fronteiras saudáveis entre pais e filhos, reforçando o papel protetor do adulto e aliviando a criança de funções que não lhe competem. Existem alguns elementos cruciais que podem ajudar na reparação destes vínculos tais como a capacitação parental, a psicoeducação e o trabalho terapêutico (Byng-Hall, 2002; DiCaccavo, 2006)

Importa salientar ainda que são várias as intervenções que têm demonstrado que a modificação das práticas parentais constitui um mecanismo crucial na redução dos efeitos da psicopatologia parental no bem-estar e desenvolvimento da criança. Neuhauser et al. (2018) demonstraram que programas com visitas domiciliárias que promovem a sensibilidade materna podem mediar ganhos significativos no desenvolvimento da linguagem da criança. De igual modo, uma meta-análise de 37 estudos realizada por Goodman et al. (2020) concluiu que práticas parentais desadaptativas medeiam de forma consistente a associação entre depressão materna e o desenvolvimento da criança, corroborando a importância de intervenções que trabalhem simultaneamente a saúde mental dos cuidadores e a qualidade das suas práticas parentais.

No plano da investigação, seria pertinente aprofundar o estudo de outros potenciais mediadores, como o suporte social, os estilos de vinculação, a resiliência parental ou os recursos socioeconómicos disponíveis, numa lógica mais ecológica e integrativa (Belsky, 1984). Estudos longitudinais e metodologias mistas (quantitativas e qualitativas) poderão permitir uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das experiências parentais em contextos de vulnerabilidade.



## Referências

- Ayers, S., Bond, R., Webb, R., Miller, P., & Bateson, K. (2019). Perinatal mental health and risk of child maltreatment: A systematic review and meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 98, 104-172. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104172>
- Azar, S. T., Reitz, E. B., & Goslin, M. C. (2008). Mothering: Thinking is part of the job description: Application of cognitive views to understanding maladaptive parenting and doing intervention and prevention work. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 29(4), 295–304. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2008.04.009>
- Baker, A. J. L., & Maiorino, E. (2010). Assessments of emotional abuse and neglect with the CTQ: Issues and estimates. *Children and Youth Services Review*, 32(5), 740–748. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.01.011>
- Bär, A., Bär, H. E., Rijkeboer, M. M., & Lobbestael, J. (2023). Early Maladaptive Schemas and Schema Modes in clinical disorders: A systematic review. In *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice* (Vol. 96, Issue 3, pp. 716–747). John Wiley and Sons Inc. <https://doi.org/10.1111/papt.12465>
- Barnett, Bryanne & Parker, Gordon. (1998). The Parentified Child: Early Competence or Childhood Deprivation?. *Child and Adolescent Mental Health*. 3. 146 - 155. <https://doi.org/10.1111/1475-3588.00234>
- Bauch, J., Hefti, S., Oeltjen, L., Pérez, T., Swenson, C. C., Fürstenau, U., Rhiner, B., & Schmid, M. (2022). Multisystemic therapy for child abuse and neglect: Parental stress and parental mental health as predictors of change in child neglect. *Child Abuse and Neglect*, 126. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105489>
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55(1), 83-96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J., & Vondra, J. (1989). Lessons from child abuse: The determinants of parenting. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 153–202). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511665707.007>

- Benasich, A. A., & Brooks, J. (1996). Maternal Attitudes and Knowledge of Child-Rearing: Associations with Family and Child. In *Child Development* (Vol. 67, Issue 3).
- Bernard, K., Nissim, G., Vaccaro, S., Harris, J. L., & Lindhiem, O. (2018). Association between maternal depression and maternal sensitivity from birth to 12 months: A meta-analysis. *Attachment and Human Development*, 20(6), 578–599.  
<https://doi.org/10.1080/14616734.2018.1430839>
- Bonds, D. D., & Gondoli, D. M. (2007). Examining the Process by Which Marital Adjustment Affects Maternal Warmth: The Role of Coparenting Support as a Mediator. *Journal of Family Psychology*, 21(2), 288–296.  
<https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.2.288>
- Byng-Hall J. (2002). Relieving parentified children's burdens in families with insecure attachment patterns. *Family process*, 41(3), 375–388.  
<https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2002.41307.x>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Harvard university press.
- Calheiros, M. M., Silva, C. S., & Magalhães, E. (2021). Child Maltreatment Severity Questionnaire (MSQ) for Professionals: Development, Validity, and Reliability Evidence. *Assessment*, 28(5), 1397–1417.  
<https://doi.org/10.1177/1073191119890030>
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Calheiros, M. M. (2022). Parental Attitudes in Child Maltreatment. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(5–6), 2920–2947.  
<https://doi.org/10.1177/0886260520943724>
- Camilo, C., Garrido, M. V., Ferreira, M. B., & Calheiros, M. M. (2019). How Does Mothering Look Like: A Multidimensional Approach to Maternal Cognitive Representations. *Journal of Family Issues*, 40(17), 2528–2552.  
<https://doi.org/10.1177/0192513X19860171>
- Canavarro, M. C (1995). Inventário de sintomas psicopatológicos - B.S.I. In M. Simões, M. Gonçalves, & L. Almeida (Eds.). *Testes e provas psicológicas em Portugal* (pp. 95-109). SHO/APPORT.
- Chemtob, C. M., Gudiño, O. G., & Laraque, D. (2013). Maternal posttraumatic stress disorder and depression in pediatric primary care: Association with child maltreatment and frequency of child exposure to traumatic events. *JAMA*

*Pediatrics*, 167(11), 1011–1018.

<https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2013.2218>

- Chociay, S., Tosi Feitosa, G., Martins Alves, A., Ribeiro Slompo, N., Dos Santos, E. M., Moretti Luchesi, B., & Martins, T. C. R. (2023). Symptoms of depression, anxiety and stress in Brazilian mothers during the COVID-19 pandemic. *Women & Health*, 63(3), 220-228. <https://doi.org/10.1080/03630242.2023.2167900>
- Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergenerational transmission, and sequelae of child maltreatment. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 1981(11), 31-55. [https://doi.org/10.1007/978-1-4615\\_4163-9\\_37](https://doi.org/10.1007/978-1-4615_4163-9_37)
- Cohen, M. (1990). Parental attitudes toward child-rearing: toward the development of a new measure. *Department of Educational Psychology, McGill University Montreal, Quebec, Canada*
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2025). Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2024. <https://www.cnpdpdj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Connors, N. A., Whiteside-Mansell, L., Deere, D., Ledet, T., & Edwards, M. C. (2006). Measuring the potential for child maltreatment: The reliability and validity of the Adult Adolescent Parenting Inventory - 2. *Child Abuse and Neglect*, 30(1), 39–53. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.08.011>
- Coyne, L. W., Low, C. M., Miller, A. L., Seifer, R., & Dickstein, S. (2007). Mothers' Empathic Understanding of their Toddlers: Associations with Maternal Depression and Sensitivity. *Journal of Child and Family Studies*, 16(4), 483–497. <https://doi.org/10.1007/s10826-006-9099-9>
- Crouch, J. L., & Milner, J. S. (2005). The social information processing model of child physical abuse: A conceptual basis for prevention and intervention strategies. In K. Kendall-Tackett & S. Giacomoni (Eds.), *Child Victimization: Maltreatment, Bullying and Dating Violence, Prevention and Intervention* (pp. 1–19). Kingston, NJ: Civic Research Institute.
- Crouch, J. L., Irwin, L. M., Wells, B. M., Shelton, C. R., Skowronski, J. J., & Milner, J. S. (2012). The Word Game: An innovative strategy for assessing implicit processes in parents at risk for child physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 36(6), 498–509. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2012.04.004>

- Cruz, O., Raposo, J. V., Ducharne, M. A. B., Almeida, L. S., Teixeira, C. M., & Fernandes, H. M. (2011). Parenting Scales: Contributions to the factorial validity of the Portuguese version Questionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP): Contributos para a Validação Factorial da Versão Portuguesa das Parenting Scales. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación-e Avaliação Psicológica*, 2011, vol. 1, no 31, p. 157-176
- de Los Reyes, A., Augenstein, T. M., Wang, M., Thomas, S. A., Drabick, D. A. G., Burgers, D. E., & Rabinowitz, J. (2015). The validity of the multi-informant approach to assessing child and adolescent mental health. *Psychological Bulletin*, 141(4), 858–900. <https://doi.org/10.1037/a0038498>
- Derogatis, L. R. (1993). *Brief Symptom Inventory (BSI) administration, scoring, and procedures manual* (3rd ed.). MN: Pearson.
- DiCaccavo A. (2006). Working with parentification: implications for clients and counselling psychologists. *Psychology and psychotherapy*, 79(Pt 3), 469–478. <https://doi.org/10.1348/147608305X57978>
- Dubowitz, H., Black, M., Starr, R. H., & Zuravin, S. (1993). A conceptual definition of child neglect. *Criminal Justice and Behavior*, 20(1), 8-6. <https://doi.org/10.1177/0093854893020001003>
- Font, S. A., & Maguire-Jack, K. (2020). It's not "Just poverty": Educational, social, and economic functioning among young adults exposed to childhood neglect, abuse, and poverty. *Child Abuse & Neglect*. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104356>
- Ford, T., Goodman, R., & Meltzer, H. (2004). The relative importance of child, family, school and neighbourhood correlates of childhood psychiatric disorder. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 39(6), 487-496. <https://doi.org/10.1007/s00127.004-0782-0>
- Garbarino, J. (1977). The price of privacy in the social dynamics of child abuse. *Child Welfare*, 56(9), 565-575. <https://psycnet.apa.org/record/1978-29532-001>
- Gelles, R. J. (1973). Child abuse as psychopathology: A sociological critique and reformulation. *American journal of Orthopsychiatry*, 43(4), 611. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1973.tb00830.x>
- Gershater-Molko, R. M., Lutzker, J. R., & Sherman, J. A. (2003). Assessing child neglect. *Aggression and Violent Behavior*, 8(6), 563-585. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2000.04.001>

- Goodman, S. H., Simon, H. F. M., Shambraw, A. L., & Kim, C. Y. (2020). Parenting as a Mediator of Associations between Depression in Mothers and Children's Functioning: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Clinical child and family psychology review*, 23(4), 427–460. <https://doi.org/10.1007/s10567-020-00322-4>
- Guimarães, K. M. M. (2017). O desenvolvimento da autonomia na educação de filhos adolescentes: um estudo em famílias de camada média urbana.
- Hadicharalambous, D. & Demetriou, L. (2021). Investigating the influences of parental stress on parents parenting practices. *International Journal of Science Academic Research*, 02(02), 1140-1148. <https://ssrn.com/abstract=3803831>
- Hanson, J. L., Hariri, A. R., & Williamson, D. E. (2015). Blunted Ventral Striatum Development in Adolescence Reflects Emotional Neglect and Predicts Depressive Symptoms. *Biological Psychiatry*, 78(9), 598–605. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2015.05.010>
- Herrenkohl, T. I., Klika, J. B., Herrenkohl, R. C., Russo, M. J., & Dee, T. (2012). A prospective investigation of the relationship between child maltreatment and indicators of adult psychological well-being. *Violence and Victims*, 27(5), 764–776. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.27.5.764>
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review*, 25(3), 341–363. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2004.12.004>
- Kantor, G. K., Holt, M. K., Mebert, C. J., Straus, M. A., Drach, K. M., Ricci, L. R., MacAllum, C. A., & Brown, W. (2004). Development and Preliminary Psychometric Properties of the Multidimensional Neglectful Behavior Scale-Child Report. *Child Maltreatment*, 9(4), 409–428. <https://doi.org/10.1177/1077559504269530>
- King, L. S., Humphreys, K. L., & Gotlib, I. H. (2019). The neglect–enrichment continuum: Characterizing variation in early caregiving environments. *Developmental Review*, 51, 109–122. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2019.01.001>
- Letourneau, N., Salmani, M., & Duffett-Leger, L. (2010). Maternal Depressive Symptoms and Parenting of Children From Birth to 12 Years. *Western Journal of Nursing Research*, 32(5), 662–685. <https://doi.org/10.1177/0193945909359409>

- Lovejoy, M. C., Graczyk, P. A., O'Hare, E., & Neuman, G. (2000). Maternal depression and parenting behavior. *Clinical Psychology Review*, 20(5), 561–592.  
[https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(98\)00100-7](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(98)00100-7)
- Marturano, E. M., & Elias, L. C. dos S. (2016). Família, dificuldades no aprendizado e problemas de comportamento em escolares. *Educar Em Revista*, 59, 123–139.  
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.44617>
- McElroy, E. M., & Rodriguez, C. M. (2008). Mothers of children with externalizing behavior problems: Cognitive risk factors for abuse potential and discipline style and practices. *Child Abuse and Neglect*, 32(8), 774–784.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.01.002>
- McLaughlin, K. A., & Sheridan, M. A. (2016). Beyond Cumulative Risk. *Current Directions in Psychological Science*, 25(4), 239–245.  
<https://doi.org/10.1177/0963721416655883>
- McLaughlin, K. A., Gadernann, A. M., Hwang, I., Sampson, N. A., Al-Hamzawi, A., Andrade, L. H., & Kessler, R. C. (2012). Parent psychopathology and offspring mental disorders: Results from the WHO world mental health surveys. *British Journal of Psychiatry*, 200(4), 290–299.  
<https://doi.org/10.1192/bjp.bp.111.101253>
- McLaughlin, K. A., Sheridan, M. A., & Nelson, C. A. (2017). Neglect as a Violation of Species-Expectant Experience: Neurodevelopmental Consequences. In *Biological Psychiatry* (Vol. 82, Issue 7, pp. 462–471). Elsevier USA.  
<https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2017.02.1096>
- McLaughlin, K. A., Sheridan, M. A., Tibu, F., Fox, N. A., Zeanah, C. H., & Nelson, C. A. (2015). Causal effects of the early caregiving environment on development of stress response systems in children. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112(18), 5637–5642. <https://doi.org/10.1073/pnas.1423363112>
- Meinck, F., Cluver, L. D., Boyes, M. E., & Loening-Voysey, H. (2016). Physical, emotional and sexual adolescent abuse victimisation in South Africa: prevalence, incidence, perpetrators and locations. *Journal of epidemiology and community health*, 70(9), 910–916. <https://doi.org/10.1136/jech-2015-205860>
- Mennen, F. E., Kim, K., Sang, J., & Trickett, P. K. (2010). Child neglect: Definition and identification of youth's experiences in official reports of maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 34(9), 647–658. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.02.007>



- Micucci, J. A. (2009). *The adolescent in family therapy: harnessing the power of relationships*. Guilford Press.
- Milner, J. S. (2000). Social information processing and child physical abuse: Theory and research. In D. J. Hansen (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 45, pp. 39–84). University of Nebraska Press
- Minuchin, P. (1985). *Special Issue Articles Families and Individual Development: Provocations from the Field of Family Therapy The Systems Orientation in Family Therapy*.
- Mulder, T. M., Kuiper, K. C., van der Put, C. E., Stams, G. J. J. M., & Assink, M. (2018). Risk factors for child neglect: A meta-analytic review. *Child Abuse and Neglect*, 77, 198–210. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.01.006>
- Mustillo, S. A., Dorsey, S., Conover, K., & Burns, B. J. (2011). Parental depression and child outcomes: The mediating effects of abuse and neglect. *Journal of Marriage and Family*, 73(1), 164–180. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00796.x>
- Muzik, M., Morelen, D., Hruschak, J., Rosenblum, K. L., Bocknek, E., & Beeghly, M. (2017). Psychopathology and parenting: An examination of perceived and observed parenting in mothers with depression and PTSD. *Journal of Affective Disorders*, 207, 242–250. <https://doi.org/10.1016/J.JAD.2016.08.035>
- Nelson, C. A., & Gabard-Durnam, L. J. (2020). Early Adversity and Critical Periods: Neurodevelopmental Consequences of Violating the Expectable Environment. *Trends in Neurosciences*, 43(3), 133–143. <https://doi.org/10.1016/j.tins.2020.01.002>
- Neuhauser, A., Ramseier, E., Schaub, S., Burkhardt, S. C. A., & Lanfranchi, A. (2018). Mediating role of maternal sensitivity: Enhancing language development in at-risk families. *Infant Mental Health Journal*, 39(5), 522–536. <https://doi.org/10.1002/imhj.21738>
- Noble, K. G., McCandliss, B. D., & Farah, M. J. (2007). Socioeconomic gradients predict individual differences in neurocognitive abilities. *Developmental Science*, 10(4), 464–480. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7687.2007.00600>
- O'Donnell, M., Maclean, M. J., Sims, S., Morgan, V. A., Leonard, H., & Stanley, F. J. (2015). Maternal mental health and risk of child protection involvement: mental health diagnoses associated with increased risk. *Journal of Epidemiology*

- Community Health*, 69(12), 1175–1183. <https://doi.org/10.1136/jech-2014-205240>
- Östman, M., & Hansson, L. (2002). Children in families with a severely mentally ill member. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 37(5), 243–248. <https://doi.org/10.1007/s00127-002-0540-0>
- Park, J. L., & Johnston, C. (2019). Parental ADHD symptoms and parenting behaviors. *The ADHD Report*, 27(3), 1–7. <https://doi.org/10.1521/adhd.2019.27.3.1>
- Psychogiou, L., & Parry, E. (2014). Why do depressed individuals have difficulties in their parenting role? *Psychological Medicine*, 44(7), 1345–1347. <https://doi.org/10.1017/S0033291713001931>
- Rodrigo, M. J., León, I., Quiñones, I., Lage, A., Byrne, S., & Bobes, M. A. (2011). Brain and personality bases of insensitivity to infant cues in neglectful mothers: An event-related potential study. *Development and Psychopathology*, 23(1), 163–176. <https://doi.org/10.1017/S0954579410000714>
- Rohner, R. P. (1980). Worldwide Tests of Parental Acceptance-Rejection Theory: An Overview. *Behavior Science Research*, 15(1), 1–21. <https://doi.org/10.1177/106939718001500102>
- Santos, S. S., & Dell'Aglío, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 595–606. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400014>
- Schorr, S., & Goldner, L. (2023). “Like stepping on glass”: A theoretical model to understand the emotional experience of childhood parentification. *Family Relations*, 72(5), 3029–3048. <https://doi.org/10.1111/fare.12833>
- Shaw, D. S., Connell, A., Dishion, T. J., Wilson, M. N., & Gardner, F. (2009). Improvements in maternal depression as a mediator of intervention effects on early childhood problem behavior. *Development and Psychopathology*, 21(2), 417–439. <https://doi.org/10.1017/S0954579409000236>
- Silva, A. K. L. da, Silva, T. S. F. da, Rodrigues, L. G. F., Souza, M. O. de, & Teixeira, V. P. G. (2018). O impacto da negligência familiar no desenvolvimento infantil. *Gep News*, 1(1), 274–279. Recuperado de <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/6392>
- Spieker, S. J., Oxford, M. L., Fleming, C. B., & Lohr, M. J. (2018). Parental Childhood Adversity, Depressive Symptoms, And Parenting Quality: Effects On Toddler

- Self-Regulation In Child Welfare Services Involved Families. *Infant Mental Health Journal*, 39(1), 5–16. <https://doi.org/10.1002/imhj.21685>
- Stith, S. M., Liu, T., Davies, L. C., Boykin, E. L., Alder, M. C., Harris, J. M., Som, A., McPherson, M., & Dees, J. E. M. E. G. (2009). Risk factors in child maltreatment: A meta-analytic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 14(1), 13–29. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.03.006>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2013). The neglect of child neglect: a meta-analytic review of the prevalence of neglect. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 48(3), 345–355. <https://doi.org/10.1007/s00127-012-0549-y>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Alink, L. R., & van IJzendoorn, M. H. (2015). The prevalence of child maltreatment across the globe: Review of a series of meta-analyses. *Child Abuse Review*, 24(1), 37–50. <https://doi.org/10.1002/car.2353>
- Sturge-Apple, M. L., Rogge, R. D., Skibo, M. A., Peltz, J. S., & Suor, J. H. (2015). A dual-process approach to the role of mother’s implicit and explicit attitudes toward their child in parenting models. *Developmental Psychology*, 51(3), 289–300. <https://doi.org/10.1037/a0038650>
- Taraban, L., & Shaw, D. S. (2018). Parenting in context: Revisiting Belsky’s classic process of parenting model in early childhood. *Developmental Review*, 48, 55–81. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.006>
- Tomás, J. M., Georgieva, S., Navarro-Pérez, J.-J., & Sancho, P. (2023). Structural Validity and Internal Consistency of the Adolescents and Children Risk of Abuse and Maltreatment Parental Scale (ACRAM-PS). *Journal of Interpersonal Violence*, 38(23–24), 11818–11841. <https://doi.org/10.1177/08862605231189509>
- Toth, S. L., & Manly, J. T. (2019). Developmental Consequences of Child Abuse and Neglect: Implications for Intervention. *Child Development Perspectives*, 13(1), 59–64. <https://doi.org/10.1111/cdep.12317>
- Turney, K. (2011). Maternal depression and childhood health inequalities. *Journal of Health and Social Behavior*, 52(3), 314–332. <https://doi.org/10.1177/0022146511408096>
- Viswanathan, M., Rains, C., Hart, L. C., Doran, E., Sathe, N., Hudson, K., Ali, R., Jonas, D. E., Chou, R., & Zolotor, A. J. (2024). Primary Care Interventions to

Prevent Child Maltreatment: Evidence Report and Systematic Review for the US Preventive Services Task Force. *JAMA*, 331(11), 959–971.

<https://doi.org/10.1001/jama.2024.0276>

Wilson, S., & Durbin, C. E. (2010). Effects of paternal depression on fathers' parenting behaviors: a meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 30, 167–180. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.10.007>.

Wolock, I., & Horowitz, B. (1984). Child maltreatment as a social problem: The neglect of neglect. *American Journal of Orthopsychiatry*, 54(4), 530–543.

<https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1984.tb01524.x>

Young, J. E., Klosko, J. S., & Weishaar, M. E. (2003). *Schema therapy: A practitioner's guide*. Guilford Press.

Zitzmann, J., Rombold-George, L., Rosenbach, C. *et al.* Emotion Regulation, Parenting, and Psychopathology: A Systematic Review. *Clin Child Fam Psychol Rev* 27, 1–22 (2024). <https://doi.org/10.1007/s10567-023-00452-5>